

## ATA DA 195ª SESSÃO ORDINÁRIA DO COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

Aos treze dias do mês de janeiro de dois mil e vinte e cinco (13.01.2025), às quatorze horas (14h), no Plenário Sônia Maria Araújo Pinheiro, reuniu-se o Colégio de Procuradores de Justiça (CPJ) do Ministério Público do Estado do Tocantins (MPTO) para a sua 195ª Sessão Ordinária, sob a presidência do Dr. Abel Andrade Leal Júnior, Procurador-Geral de Justiça. Registrou-se as ausências justificadas dos Procuradores de Justiça Vera Nilva Álvares Rocha Lira, José Demóstenes de Abreu e Jacqueline Borges Silva Tomaz. Constatou-se as presenças dos demais membros do Colegiado, bem como do Dr. Francisco José Pinheiro Brandes Júnior, Presidente da Associação Tocantinense do Ministério Público (ATMP), do Dr. Celsimar Custódio Silva, Promotor de Justiça Assessor Especial da PGJ, do Sr. Carlos Rogério Ferreira do Carmo, Presidente do Sindicato dos Servidores do Ministério Público (SINDSEMP), e da Sra. Sílvia Maria Albuquerque Soares, Vice-Presidente da Associação dos Servidores Administrativos do Ministério Público (Asamp). Verificada a existência de *quorum*, o Presidente declarou aberta a sessão, dando conhecimento da pauta, que consistiu em: 1. Apreciação de atas; 2. Autos SEI n. 19.30.1072.0000051/2023-38 – Solicitação de alteração da Lei n. 3.472/2019 (solicitante: ASAMP; relatoria: CAA/CAI); 3. Indicação de membro para compor o Fundo de Modernização e Aperfeiçoamento do Ministério Público (Fump); 4. E-doc n. 07010742258202492 – Solicitação de estudo para revisão do quantitativo de servidores dos Quadros Auxiliares do MPTO (solicitante: Dra. Maria Cotinha Bezerra Pereira); 5. Regulamentação da eleição complementar de Coordenador do Centro de Apoio Operacional de Urbanismo, Habitação e Meio Ambiente (interessada: Secretaria do CPJ); 6. Relatórios de correições ordinárias do Núcleo de Atuação Especial de Combate à Sonegação Fiscal (Naesf), do Núcleo do Tribunal do Júri do MPTO (MPNujuri), do Núcleo Permanente de Incentivo à Autocomposição (Nupia), da 1ª e 2ª PJ de Augustinópolis, da 4ª PJ de Paraíso do Tocantins, da 5ª PJ de Porto Nacional, da PJ de Araguacema e da PJ de Itaguatins (interessada: Corregedoria-Geral do Ministério Público); 7. Comunicações de instauração, prorrogação e conclusão de Procedimentos Investigatórios Criminais (PIC): 7.1. E-doc's n. 07010749299202418 e 07010752803202459 – Instauração de PIC's (comunicante: Subprocuradoria-Geral de Justiça); 7.2. E-doc's n. 07010750457202474 e 07010756635202471 – Instauração de PIC's (comunicante: 2ª PJ de Araguaína); 7.3. E-doc n. 07010752106202414 – Instauração de PIC (comunicante: 1ª PJ de Colinas do Tocantins); 7.4. E-doc n. 07010757084202462 – Instauração de PIC (comunicante: 1ª PJ de Cristalândia); 7.5. E-doc n. 07010754560202493 – Instauração de PIC (comunicante: PJ de Natividade); 7.6. E-doc's n. 07010748770202442, 07010748771202497, 07010748772202431 e 07010750276202448 – Prorrogação de PIC's (comunicante: PJ Regional Ambiental da Bacia do Alto e Médio Araguaia); 7.7. E-doc n. 07010750658202471 – Prorrogação de PIC (comunicante: 2ª PJ de Tocantinópolis); 7.8. E-doc's n. 07010755594202411 e 07010756963202477 – Prorrogação de PIC's (comunicante: PJ de Goiatins); 7.9. E-doc n. 07010749036202417 – Prorrogação de PIC (comunicante: PJ de Ponte Alta do Tocantins); 7.10. E-doc n. 07010753171202441 – Prorrogação de PIC (comunicante: PJ de Filadélfia); 7.11. E-doc n. 07010752769202412 – Arquivamento parcial de PIC (comunicante: Subprocuradoria-Geral de Justiça); 7.12. E-doc n. 07010750956202461 – Arquivamento de PIC (comunicante: Grupo de Atuação Especializada em Segurança Pública); e 8. Outros assuntos. De início, colocou-se em apreciação as Atas da 194ª Sessão Ordinária, da 167ª e 168ª Sessões Extraordinárias e das Sessões Solenes de Posse de Procurador de Justiça, de Membros do CSMP, de Corregedor-Geral e de Procurador-Geral de Justiça (ITEM 1), que restaram

previamente aprovadas por unanimidade, autorizando-se a publicação após as devidas assinaturas. Ato contínuo, o ITEM 2 da pauta, que trata dos Autos SEI n. 19.30.1072.0000051/2023-38, foi retirado de pauta pela Comissão de Assuntos Administrativos (CAA), sob a presidência da Dra. Ana Paula Reigota Ferreira Catini, e pela Comissão de Assuntos Institucionais (CAI), representada pelo Dr. Moacir Camargo de Oliveira, em razão da necessidade de ajustes de ordem técnica. O Presidente do CPJ esclareceu que o Colegiado se reuniu administrativamente para tratar deste e de outros assuntos, ocasião em que se verificou alguns detalhes técnicos que precisariam ser adequados visando o encaminhamento do respectivo projeto de lei, devendo a matéria ser trazida na próxima sessão ordinária, com a ressalva de que não haverá prejuízo na tramitação da proposta, em virtude da Assembleia Legislativa estar em período de recesso. Dando prosseguimento, passou-se à indicação de membro para compor o Fundo de Modernização e Aperfeiçoamento do Ministério Público (Fump) (ITEM 3), nos termos do art. 1º, VII e § 2º, do Ato PGJ n. 062/2018, tendo em vista a renúncia do Dr. Marco Antonio Alves Bezerra. O Secretário Substituto, Dr. Ricardo Vicente da Silva, informou que, após consulta via e-doc, manifestaram interesse em compor o referido fundo os Promotores de Justiça Bartira Silva Quinteiro Rios (fora do prazo estabelecido), Maria Natal de Carvalho Wanderley, Paulo Alexandre Rodrigues de Siqueira e Rogério Rodrigo Ferreira Mota. Preliminarmente, o Presidente suscitou questão de ordem no tocante à admissibilidade da inscrição extemporânea da Dra. Bartira Quinteiro. Em votação, a inscrição restou inadmitida, por unanimidade. Passou-se então à indicação nominal por parte de cada Procurador de Justiça. Os Drs. Leila Vilela, Marco Antonio e Marcelo Sampaio votaram no Promotor de Justiça Rogério Rodrigo Ferreira Mota; os Drs. Ricardo Vicente, Ana Paula, Moacir Camargo, Marcos Luciano e Abel Andrade votaram no Promotor de Justiça Paulo Alexandre Rodrigues de Siqueira; e os Drs. Maria Cotinha e Miguel Batista votaram na Promotora de Justiça Maria Natal de Carvalho Wanderley. Portanto, o Dr. Paulo Alexandre Rodrigues de Siqueira restou indicado, por maioria, para compor o Fump, em mandato de 2 (dois) anos. Na sequência, colocou-se em apreciação o E-doc n. 07010742258202492 (ITEM 4), em que a Dra. Maria Cotinha Bezerra Pereira propõe instituir comissão voltada ao estudo e levantamento do atual panorama do quadro auxiliar com atribuições na área-fim, como meio de buscar soluções definitivas às dificuldades suscitadas pelos Promotores de Justiça quanto a carência de servidores e comprometimento na regularidade dos afazeres ministeriais. Com a palavra, a proponente relatou que no âmbito do Conselho Superior do Ministério Público, do qual faz parte, são vários os reclames de membros acerca da eventual insuficiência de servidores para o cumprimento dos prazos processuais. E, tendo em vista o lapso temporal desde o último estudo sobre a matéria e a evolução da Instituição desde então, entende ser necessária uma reanálise do quadro de servidores da atividade-fim. O Presidente parabenizou a Dra. Maria Cotinha pela preocupação com esse assunto institucional que, de fato, compete ao Colégio de Procuradores de Justiça, sendo importante estudá-lo mais a fundo. Consignou que a gestão anterior solicitou emenda à Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para a inclusão da possibilidade de se realizar um concurso público para o cargo de oficial de diligências. Ressaltou ainda que, em breve, será apresentada proposta de transformação de alguns cargos extintos em técnicos ministeriais, considerando a alta demanda por estes servidores. Saliu que a Administração também se preocupa com a atuação das Promotorias de Justiça, de modo que será apresentada, concomitantemente, proposta de criação de cargos de assessor ministerial, com a devida observância à proporção, prevista em lei, de pelo menos quarenta por cento dos cargos em comissão providos por titulares de cargos de provimento efetivo. Após amplo debate, deliberou-se pelo encaminhamento da matéria à Comissão de Assuntos Administrativos, com a ressalva de que deverão ser indicados, para participar dos estudos, representantes da Procuradoria-Geral de Justiça, da Corregedoria-

Geral do Ministério Público, da ATMP e da Asamp. Em seguida, passou-se à regulamentação da eleição complementar de Coordenador do Centro de Apoio Operacional de Urbanismo, Habitação e Meio Ambiente (ITEM 5), diante da renúncia do Dr. Francisco José Pinheiro Brandes Júnior, Presidente da ATMP. O Secretário apresentou a seguinte sugestão de cronograma: inscrições (15 a 16/01/2025 – até 18h); publicação da relação dos candidatos inscritos (17/01/2025); impedimentos e impugnações (20 a 21/01/2025 – até 18h); resposta a eventuais impugnações (23 a 24/01/2025 – até 18h); sessão extraordinária para o julgamento de eventuais impedimentos e impugnações e eleição (03/02/2025); e publicação dos resultados (03/02/2025). Em votação, o edital com o respectivo cronograma foi aprovado por unanimidade. Logo após, apresentou-se para conhecimento os relatórios de correições ordinárias do Núcleo de Atuação Especial de Combate à Sonegação Fiscal (Naesf), do Núcleo do Tribunal do Júri do MPTO (MPNujuri), do Núcleo Permanente de Incentivo à Autocomposição (Nupia), da 1ª e 2ª PJ de Augustinópolis, da 4ª PJ de Paraíso do Tocantins, da 5ª PJ de Porto Nacional, da PJ de Araguacema e da PJ de Itaguatins (ITEM 6). O Corregedor-Geral do Ministério Público, Dr. Moacir Camargo de Oliveira, fez uma breve explanação acerca das correições efetivadas, a saber: (i) na 1ª PJ de Augustinópolis, pela qual respondia o Dr. Elizon de Sousa Medrado, foram feitas apenas algumas observações quanto aos aspectos formais dos acordos de não persecução penal (ANPP) e pequenas situações de decurso de prazo; (ii) na 2ª PJ de Augustinópolis, pela qual também respondia o Dr. Elizon de Sousa Medrado, observou-se a necessidade de trâmite um pouco mais célere em alguns procedimentos e a formalização de residência fora da comarca; (iii) o relatório da 4ª PJ de Paraíso do Tocantins restou retirado de pauta para uma correção por parte do órgão correicional; (iv) na 5ª PJ de Porto Nacional, de titularidade da Dra. Thaís Cairo Souza Lopes, foram feitas observações quanto aos acordos de não persecução cível (ANPC); (v) na PJ de Araguacema, pela qual respondia o Dr. Cristian Monteiro Melo, foram expedidas orientações quanto às questões formais de ANPP e comunicações obrigatórias ao CSMP; (vi) na PJ de Itaguatins, pela qual respondia o Dr. Décio Gueirado Júnior, apenas algumas observações quanto à padronização de ANPP; (vii) em relação ao Naesf, sob a coordenação do Dr. Juan Rodrigo Carneiro Aguirre, somente orientações quanto à tramitação de algumas notícias de fato; (viii) no tocante ao MPNujuri, composto pelos Drs. Eurico Greco Puppio, Breno de Oliveira Simonassi, André Henrique Oliveira Leite, Guilherme Cintra Deleuse, Daniel José de Oliveira Almeida e Benedicto de Oliveira Guedes Neto, sob a coordenação do Dr. Rogério Rodrigo Ferreira Mota, somente uma observação quanto às recomendações expedidas pelo núcleo, sendo um trabalho digno de reconhecimento; e (ix) no que se refere ao Nupia, à época sob a coordenação do Dr. Miguel Batista de Siqueira Filho, não foi emitida qualquer recomendação, dado o trabalho elogioso desenvolvido. Concluiu afirmando que a Corregedoria-Geral não visualizou nenhuma irregularidade que possa ser atribuída como desídia ou falta funcional por parte dos colegas, muito pelo contrário, tendo-se indicadas apenas algumas questões pontuais pelo volume de serviço e eventuais cumulações. Ressaltou ainda que eventuais apontamentos de estrutura física e de pessoal, feitos pelos Promotores de Justiça, são encaminhados à Procuradoria-Geral de Justiça, que, dentro de suas possibilidades, os têm atendido. O Presidente esclareceu, quanto aos apontamentos constantes dos relatórios de correições, que: (i) deverá ser designado um novo coordenador para o Naesf, em substituição ao Dr. Juan Rodrigo Carneiro Aguirre, hoje Chefe de Gabinete da PGJ; (ii) a Administração tem tomado o cuidado para que todo deslocamento de membro do MPNujuri seja acompanhado por integrante da Assessoria Militar, por questão de segurança; (iii) após reunião com a PGJ, o Coordenador do MPNujuri se dispôs a formalizar as demandas necessárias para o melhor exercício de suas funções; (iv) a falta de espaço físico, também citada pelo MPNujuri, constitui um problema da Procuradoria-Geral de Justiça como um todo,

tendo lhe sido disponibilizadas, por ora, as salas de reuniões da PGJ e do segundo piso; e (v) no tocante à ausência de estagiários na PJ de Araguacema, é possível a alocação de integrantes inicialmente selecionados para outras cidades e, quanto aos técnicos, a questão está sendo resolvida por meio das secretarias regionalizadas. Por fim, apresentou-se também para conhecimento as comunicações de instauração, prorrogação e arquivamento de Procedimentos Investigatórios Criminais (ITEM 7), conforme previsto em pauta. Encerrados os itens constantes da ordem do dia, passou-se à discussão de outros assuntos (ITEM 8). Primeiramente, o Dr. Marco Antonio Alves Bezerra indagou acerca da tramitação do requerimento de elevação de nível das Funções de Confiança (FC's) dos Assistentes de Gabinete. A Dra. Leila da Costa Vilela Magalhães, relatora do procedimento no âmbito da CAA, exaltou a importância do pleito, porém esclareceu não ter havido ainda deliberação por parte das comissões. Após, o Dr. Marco Antonio relatou ter recebido reclamações quanto à inobservância da carga horária pelos profissionais da área da saúde em Gurupi, o que já repassou informalmente ao Ouvidor do Ministério Público. Com a palavra o Ouvidor, Dr. Marcos Luciano Bignotti, consignou que o órgão recebe diversas reclamações dessa natureza, de diferentes localidades, o que têm sido devidamente encaminhadas às Promotorias de Justiça responsáveis, para providências, o que também será feito em relação à notícia recebida pelo Dr. Marco Antonio, cumpridos os trâmites regulares. Por fim, o Presidente registrou que em breve será agendada a solenidade de posse de 3 (três) novos Promotores de Justiça Substitutos nomeados. Nada mais havendo, a sessão foi encerrada às quinze horas e trinta minutos (15h30), do que, para constar, eu, \_\_\_\_\_, Ricardo Vicente da Silva, Secretário Substituto, lavrei a presente ata, que, após lida, aprovada e assinada, será encaminhada para publicação. A gravação da presente sessão pode ser acessada, na íntegra, no seguinte endereço eletrônico: [www.youtube.com/c/CESAFMPTO](http://www.youtube.com/c/CESAFMPTO).

Abel Andrade Leal Júnior

Leila da Costa Vilela Magalhães

Ricardo Vicente da Silva

Marco Antonio Alves Bezerra

Ana Paula Reigota Ferreira Catini

Maria Cotinha Bezerra Pereira

Moacir Camargo de Oliveira

Marcos Luciano Bignotti

Miguel Batista de Siqueira Filho

Marcelo Ulisses Sampaio